

# **A INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: UMA ALIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

*VIEIRA, Diva Irene da Paz*

*DRAGO, Isabela*

*ROCHA, Alby Duarte*

*UDENAL, Maria Aparecida Zago*

## **RESUMO**

Em sintonia com a diretriz estratégica “desenvolvimento local”, o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema FIEP), por meio do Serviço Social da Indústria do Paraná (SESI PR), tomou a iniciativa de organizar e articular o Movimento Nós Podemos Paraná, uma rede de mobilização voluntária em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no Estado, tendo como eixos o diálogo, o acesso amplo da sociedade a informações, a ação cooperativa voluntária em rede e a realização de projetos orientados ao alcance dos ODM, em prol de uma sociedade mais justa e sustentável. O principal objetivo era estimular os atores a realizar projetos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de suas localidades, definidos a partir do diálogo, este fundamentado em informações da realidade local, com o apoio da Investigação Apreciativa, uma metodologia facilitadora de processos de mudança. Para cuidar das informações, foi estruturado o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS), sendo as informações amplamente disseminadas pelo Movimento, mediante o uso de tecnologia social de mobilização que possibilitou o envolvimento de praticamente todos os municípios paranaenses.

**Palavras-chave:** Informação. Mobilização social. Desenvolvimento local.

## **1 INTRODUÇÃO**

Um poderoso aliado e ao mesmo tempo um importante desafio para o efetivo exercício da cidadania é ter acesso a informações que orientem atores sociais, empresários e gestores públicos em suas iniciativas (ORBIS, 2010). Desse modo, qualquer coisa que se faça, de maneira profissional e responsável, para organizar e disseminar informações relevantes aos processos de participação social, constitui-se em iniciativa valorosa, tanto por fortalecer os processos de participação, como por potencializar o uso de informações e tecnologias já disponíveis.

Outro aspecto relevante nesse processo é como tornar a informação insumo efetivo para promover o desenvolvimento sustentável, para promover a qualidade de vida das pessoas, já que, sendo um instrumento social, sempre irá depender dos atores que a produzem, divulgam e utilizam. Em outras palavras, tão importante como definir o universo das informações é identificar os atores-chave que delas poderão fazer uso, assim como formas para que tenham acesso rápido e facilidade de interpretação.

Atualmente, existem inúmeros mecanismos e suportes informacionais de que se pode dispor no apoio à participação social, tais como redes sociais, portais, sites, e-governo, conferências *on-line*, educação a distância, grupos de discussão, bancos de dados oficiais (MARCONDES, 1999), os quais, ao reduzirem barreiras geográficas, possibilitam novas formas de acesso à informação, com rapidez e amplo alcance. Desse modo, as novas tecnologias são cada vez mais indispensáveis no nosso cotidiano. Marcondes (1999) destaca ser inquestionável o papel central que desempenham hoje as tecnologias nas práticas de informação.

O Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS) propôs-se a contribuir nesse sentido, disseminando, desde 2004, informações, conhecimento e tecnologias que sirvam para subsidiar ações voltadas a promover o desenvolvimento sustentável, levando em conta a perspectiva do acesso rápido e da representação clara e didática, a fim de ampliar as possibilidades de utilização por parte de empresas, instituições públicas, organizações não governamentais e outros atores interessados em realizar ações em prol do bem comum.

Em 2006, verificou-se que, mesmo estando as informações disponíveis, elas não eram utilizadas na medida em que poderiam, deixando, portanto, de ser um instrumento de apoio ao processo de desenvolvimento. Desse modo, sob a inspiração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi iniciada a segunda etapa desta proposta, com a implementação do Movimento Nós Podemos Paraná. Trata-se de estratégia de mobilização da sociedade, com suporte de conhecimento e informações, para possibilitar melhor compreensão da realidade local, definir projetos e ações em sintonia com essa realidade, verificar resultados, ou seja, assumir plenamente a cidadania.

Para viabilizar a proposta, foi necessário envolver todos os setores da sociedade e construir parcerias sólidas como as estabelecidas com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Serviço Social da Indústria do Paraná (SESI PR) e o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) desde o início do processo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 INFORMAÇÃO**

Michael Porter, já em 1985, destacava que nenhuma empresa escapava dos efeitos da revolução da informação, pois o acesso amplo e acelerado, especialmente em decorrência da redução no custo para a obtenção, processamento e transmissão das informações, não só estava modificando os produtos, mas todo o modo de funcionamento das empresas e dos setores empresariais, assim como a maneira de se fazer negócios. Hoje há evidências vigorosas de que a informação é indispensável não só para qualquer ambiente organizacional, mas para qualquer setor da atividade humana.

Segundo Davenport e Prusak (1998, p. 18-19), a informação é um conjunto de dados dotados de relevância e propósito, os quais, com a mediação humana, requerem análise e exigem consenso em relação ao significado. Somente as pessoas transformam dados em informação. O dado é transformado em informação quando é interpretado e contextualizado.

McGee e Prusak (1994, p.5) vão além, destacando que a informação é dinâmica, capaz de criar grande valor, e é o elemento que mantém as organizações unificadas. A informação cria valor significativo para empresas privadas, públicas e não governamentais, pois possibilita a identificação de alternativas inovadoras e não convencionais, a criação de novos produtos e serviços, o aperfeiçoamento dos processos decisórios, além de ajudá-las a melhor gerenciar os processos de mudanças, pois, como bem reconhece a ciência contemporânea, um universo estável é impossível; tudo é fluxo e transformação.

Mas, para se obter a informação e beneficiar-se de seu valor significativo, deve-se adotar uma estratégia informacional, a qual, com base em McGee e Prusak (1994), precisa contemplar algumas etapas fundamentais, quais sejam:

- a) Identificação de necessidades e requisitos de informação – é a tarefa mais importante do processo, primeiramente porque quase sempre as pessoas não sabem o que o não sabem, e é preciso oferecer-lhes orientação técnica a respeito de conteúdos e de fontes disponíveis para sua obtenção;
- b) Coleta – deve ser realizada sob a orientação de um plano sistemático, mediante a utilização de dados secundários ou de fontes primárias relacionadas ao assunto de interesse;
- c) Classificação e armazenamento – essas atividades pressupõem a determinação de como os usuários poderão ter acesso às informações, devendo, portanto, ser escolhida a melhor forma de agrupá-las e definido o melhor lugar para armazená-las;
- d) Tratamento e apresentação – a apropriação do valor significativo da informação será melhor conseguida quanto melhor for a sua apresentação, de maneira a facilitar a sua análise e interpretação;
- e) Desenvolvimento de produtos e serviços – exigem esforços humanos competentes para sua realização, pois as pessoas é que, com base nas necessidades identificadas, irão apoiar o processo de atendimento das soluções estabelecidas;
- f) Distribuição e disseminação – trata-se de aspecto estratégico de todo o processo, já que de nada adianta ter sofisticado sistema de informações que não seja utilizado; e isso só será possível com uma adequada disseminação;
- g) Análise e uso – as definições de prioridades e tomadas de decisões serão muito mais efetivas à medida que tiverem como base informações fidedignas.

Adequar-se a esse novo mundo da informação exige conhecimento diferenciado em gestão de informações, sendo grande parte de natureza técnica e, portanto, passíveis de serem adquiridos com alguma facilidade, apesar de sua complexidade. No entanto, o aspecto comunicação sempre irá requerer atenção especial, pois sistemas bem estruturados podem ficar comprometidos em decorrência de barreiras na comunicação, dentre as quais se pode destacar (STAREC, 2005):

- a) a falta de diálogo – constitui-se em um dos mais graves problemas enfrentados pelas organizações, pois impede a circulação adequada das informações que poderiam e os consequentes benefícios que o acesso a informações propicia;
- b) a cultura organizacional – quando os valores, crenças e normas não valorizam o fluxo informacional proposto, constroi-se também uma das barreiras mais difíceis de serem transpostas;
- c) a falta de competência – é mais delicada das barreiras e exige um cuidado especial, pois caberá às pessoas papel relevante no processo de comunicação. Se não houver o comprometimento das pessoas, dificilmente a informação será utilizada conforme suas possibilidades;
- d) dependência tecnológica – a tecnologia precisa ser encarada como uma ferramenta a dar suporte as atividades informacionais, a qual deve funcionar, apesar de estar imune a falhas e defeitos. E quando ocorrem falhas, os prejuízos podem ser imensuráveis.

## **2.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Uma das maneiras mais eficientes de promover a participação é a mobilização social, que não deve ser confundida com manifestações em praça pública, passeatas ou concentração de pessoas na defesa de um assunto qualquer. Conforme Toro e Werneck (2011, p. 5), a

mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. E é nesse processo que ocorre o caráter educativo, a partir do empoderamento das muitas e diferentes pessoas, solidárias numa ação convergente de interesse coletivo. Toro e Werneck (2011, p. 15) destacam: “se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa, depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas”.

Um processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo; o primeiro passo a ser dado é a explicitação de seu propósito. (TORO; WERNECK; 2011, p. 20-22).

Segundo Lino (2011, p. 3), para que o potencial da mobilização social enquanto estratégia de construção de democracia possa ser aproveitado, ela deve ser considerada em suas diversas possibilidades, ou seja, a mobilização é evento e processo; quantidade e qualidade; reivindicação e projeto de futuro; paixão e razão; comunicado e comunicação; heroísmo e cotidiano.

Soma-se, ainda, a tudo isso, como importante aliado e ao mesmo tempo relevante desafio da mobilização, segundo o ORBIS (2010), a produção, o acesso e a disseminação de informações, pois representam insumo indispensável aos processos de reflexão e de tomadas de decisão sobre prioridades, projetos e ações a serem realizados que pretendem ser reconhecidos como oportunidades de aprendizagem.

Assim, são inúmeros os papéis requeridos para que uma mobilização aconteça, os quais não precisam ser desempenhados por uma só pessoa ou uma só instituição. Pessoas e instituições podem estar juntas desempenhando um destes papéis, outras vezes, uma mesma pessoa ou instituição desempenha mais de um ao mesmo tempo; o que importa é que alguém o faça (TORO; WERNECK; 2011, p. 22).

O empresário Rocha Loures (2009) faz provocação favorável ao reposicionamento dos arranjos institucionais, especificamente como subsídio empírico para o modelo de participação, por meio do impacto educativo como efeito integrativo para compreender, cooperar e construir um sistema harmonioso. Adicionalmente, entendendo que apenas ações individuais são insuficientes, propõe que:

Governos, empresas, academia, sociedade civil e cidadãos devem se empenhar urgentemente na identificação de áreas de cooperação, soluções e ações conjuntas efetivas, visando a nossa sobrevivência como civilização (ROCHA LOURES, 2009).

### **3 METODOLOGIA**

Para promover uma ação verdadeiramente participativa, o que requer, entre outros aspectos, o acesso amplo da sociedade às informações, foi identificada e desenvolvida tecnologia social tendo como base o diálogo, o acesso amplo da sociedade a informações, a ação cooperativa voluntária em rede e a realização de projetos orientados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em prol de uma sociedade mais justa e sustentável.

Foram estabelecidas duas estratégias de ação distintas e complementares:

- a) a estruturação do ORBIS, capaz de potencializar as reflexões e tomadas de decisões dos grupos de trabalho, enriquecendo seu próprio conhecimento com informações oficiais sobre a realidade local;
- b) a mobilização de todos os setores da sociedade, articulada pelo Movimento Nós Podemos Paraná, criando aos participantes a oportunidade de se apropriarem dos indicadores de desenvolvimento de suas localidades e do nível de qualidade de vida de seus moradores, compartilhando conhecimentos e engajando-se em ações concretas para sua melhoria.

### 3.1 OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - ORBIS

Um observatório de informações é um organismo que mediante o uso de indicadores monitora e apresenta resultados a respeito de um objeto ou tema desejado; neste caso, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O tema foi escolhido devido ao fato de tratar-se de um pacto mundial para melhoria das condições de vida das pessoas, envolvendo necessidades cotidianas relacionadas a praticamente todos os países do mundo, em maior ou menor grau. O Brasil é um dos signatários desse pacto. Isso indica que é muito mais do que uma proposta de determinado governante, partido político ou grupo social: constitui-se em um compromisso de Estado para tornar o país melhor, que, para ser alcançado, precisa do esforço integrado de todos os setores da sociedade, de acordo com as competências de cada um.

A base de dados do ORBIS foi estruturada a partir de um conjunto mínimo de indicadores, contemplando aspectos demográficos, econômicos, sociais e ambientais, atualizada a partir de dados secundários produzidos por órgãos oficiais reconhecidos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros.), cuidando da fidedignidade de seu conteúdo, para que possa ser utilizada de maneira segura.

O Observatório, além de definir e monitorar indicadores, tem o papel de facilitar análises e desenvolver materiais de disseminação para o maior número de pessoas e instituições possíveis.

A metodologia de trabalho do ORBIS segue um conjunto de ações específicas e sequenciais sintetizado na Figura 1.

Metodologia	Atividades	Produto	Disseminação
Bancos de Dados Pesquisas	Coleta de dados	Sistemas de informações	Consultas
Construção de indicadores Representação gráfica Sistemas de Indicadores	Monitoramento de indicadores	Painéis de acompanhamento	Site Informativos Mídias impressas Palestras
Técnicas estatísticas Geoprocessamento Reuniões de especialistas	Análises e diagnósticos	Estudos temáticos Avaliação de projetos	Relatórios Revistas Técnicas Palestras
Boas práticas Mobilização Investigação Apreciativa Redes Sociais	Mobilização e chamado para ação	Propostas de políticas, projetos e ações	Publicações Site Fóruns
Público: Comunidade, Empresas, Governos, Pesquisadores, Instituições			

Figura 1: Atividades, metodologias, produtos e formas de disseminação para promover a participação.

A Coleta de Dados cuida de mapear as áreas de conhecimento relativas ao desenvolvimento da sustentabilidade urbana, em especial os indicadores do milênio; levantar as fontes de dados e informações disponíveis para cada uma dessas áreas relacionadas e conhecer seus processos de disseminação; avaliar a necessidade de se fazer levantamentos de campo ou pesquisas amostrais para complementar os dados secundários; definir métodos de coleta, analisando a periodicidade, desagregação territorial e estratificação, tanto para os dados secundários, quanto para possíveis levantamentos de dados primários; elaborar os metadados com a

descrição da fonte e as definições dos dados coletados; estruturar banco de dados para o resgate, visualização e análise através de consultas. (ORBIS, 2011).

O Monitoramento de Indicadores aponta a importância de se criar ou adotar indicadores que sirvam para a elaboração de políticas, planos, programas e projetos, assim como de seu monitoramento; avaliar a utilização prática do indicador e criar parâmetros ou base de comparação temporal e territorial; estabelecer modelo de monitoramento capaz de avaliar as mudanças ao longo do tempo ou espaço geográfico, assim como o desenvolvimento das ações locais em tempo hábil; definir formas de representação dos indicadores monitorados para o público desejado. (ORBIS, 2011).

A atividade relativa a Análises e Diagnósticos contempla estudar a evolução dos indicadores, verificar a inter-relação entre variáveis e realizar comparações temporais, territoriais ou relacionadas a parâmetros de desenvolvimento; realizar análises compreendendo as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, a fim de conhecer as complexas relações existentes na sociedade e obter uma visão sistêmica da região selecionada; utilizar ferramentas estatísticas e sistemas de informação geográfica que auxiliem a identificar e compreender padrões de comportamento dos fenômenos estudados; encontrar a melhor forma de representar as informações e facilitar a interpretação por parte dos usuários, utilizando recursos como figuras, gráficos, tabelas ou mapas; interpretar os resultados gerados, identificando carências e potencialidades e apresentando conclusões que facilitem a proposição de soluções ou que auxiliem as instituições competentes a tomar decisões. (ORBIS, 2011).

Por fim, a Mobilização e Chamada para Ação contemplam a realização de pesquisa para identificar instituições, programas e projetos visando constituir redes de voluntários para executar projetos que levem a solucionar as questões relacionadas ao tema de interesse; dialogar com especialistas e realizar fóruns para analisar possíveis soluções; avaliar a viabilidade das soluções propostas, mesmo não sendo atribuição de um observatório implementá-las; propor sistema de monitoramento a fim de avaliar os impactos gerados pelas ações; implantar Banco de Boas Práticas para disseminar as iniciativas e incentivar que sejam reaplicadas; disseminar as boas práticas, interna e externamente, por meio de publicações, sites e fóruns. (ORBIS, 2011).

### **3.2 MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ: ARTICULAÇÃO DOS TRÊS SETORES DA SOCIEDADE**

Refletindo a respeito do desafio do desenvolvimento sustentável como uma necessidade em favor da vida humana no planeta, em que não há mais espaço para a mitigação, exige-se formas radicalmente distintas de organizar e produzir, chegando-se à conclusão de que o momento requer a construção e a conservação da capacidade da convivência autêntica. Isso levou à iniciativa de se articular o Movimento Nós Podemos Paraná, com o envolvimento dos três setores da sociedade, onde o diálogo liberador e construtivo, com base em informações, é a regra.

#### **2.2.1 Círculos de Diálogo**

Pouco adianta ter sistemas de indicadores atualizados e análises situacionais se as informações não chegarem às pessoas que podem tomar decisões ou exercer o controle social. Os Círculos de Diálogo foram a alternativa escolhida para levar as informações à sociedade, possibilitando a união de esforços dos três setores na implementação de projetos e ações em prol do bem comum.

Os Círculos de Diálogo são encontros abertos à participação de todos os cidadãos – representantes da comunidade, governos, empresas, líderes, especialistas, sociedade civil

organizada e sociedade civil em geral – que estejam interessados em contribuir para melhorar a qualidade de vida de sua região, município e localidade.

Os principais objetivos dos Círculos de Diálogo são (MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ, 2009, p. 11):

- a) criar oportunidade de encontro entre interessados em trabalhar pelos ODM;
- b) conhecer a situação dos Indicadores do Milênio na localidade;
- c) mapear iniciativas em andamento;
- d) identificar sugestões de políticas públicas;
- e) propor ações de promoção do desenvolvimento local;
- f) identificar parceiros dispostos a formar os Círculos Locais de Trabalho.

Nas atividades do Círculo de Diálogo, realizadas com base na metodologia da Investigação Apreciativa, o ambiente é organizado com mesas redondas, a serem compostas por grupos de aproximadamente oito pessoas, que representem todos os setores da sociedade, pois, dessa maneira haverá maior riqueza nos diálogos.

### 2.2.2 Investigação Apreciativa

Os Círculos de Diálogo são esforços de trabalho democrático e participativo, com a intenção de possibilitar debates construtivos, intercâmbio de idéias e ações compartilhadas. Para obter o melhor resultado em trabalhos dessa natureza é essencial utilizar metodologia adequada.

A Investigação Apreciativa (IA) foi a escolhida, pela possibilidade de aplicação em grandes grupos e por ressaltar o melhor das pessoas, das organizações e do mundo ao redor. Busca a descoberta sistemática do que dá “vida” a um sistema quando ele está no seu estado mais eficaz e capaz, em termos humanos, ambientais e econômicos, mediante a arte e a prática de fazer perguntas que reforcem a capacidade desse sistema de elevar seu potencial positivo.

Essa metodologia foi criada em meados da década de 1980 por David Cooperrider, Suresh Srivastva e outros colegas da *Case Western Reserve University*, em Cleveland, nos Estados Unidos. Conforme Cooperrider e Whitney (2006), a IA prevê fundamentalmente quatro etapas, os chamados 4 “D”, em inglês *Discovery, Dream, Design e Destiny*: a descoberta das potencialidades da comunidade; a construção do seu sonho, de um ideal de futuro; o estabelecimento de prioridades e a elaboração do plano de ação (Figura 2).



Figura 2: Ciclo dos 4 D da Investigação Apreciativa usados nos Círculos de Diálogo realizados.

Os exercícios realizados durante os Círculos de Diálogo para a elaboração de planos preliminares de ação – o quarto “D”, *Destiny* – passam a constituir um relatório, disponibilizado a todos os interessados, via *internet*, para servir de direcionamento aos

trabalhos dos Núcleos Locais de Trabalho, constituídos ao final de cada um desses eventos, com as pessoas interessadas em dar continuidade às propostas.

### **2.2.3 Articuladores e Núcleos Locais de Trabalho**

Os Núcleos Locais de Trabalho são grupos compostos por diferentes pessoas e organizações dispostas a atuar como animadoras e facilitadoras na realização de projetos. São os projetos que, de fato, irão promover as transformações ambientais, econômicas e sociais esperadas para o alcance dos ODM.

Devem estabelecer sua dinâmica de funcionamento, visando proporcionar debates, aprendizados e a energia necessária para manter os participantes mobilizados, atuantes e executando os projetos. Cada um deverá escolher o melhor jeito de dinamizar o próprio Núcleo, definindo um líder voluntário.

As funções de liderança podem ser alternadas entre os integrantes do Núcleo e representam importante papel na definição das atividades a serem realizadas, das principais estratégias, da periodicidade de seus encontros, dentre outros aspectos.

O Movimento Nós Podemos Paraná (2009, p. 17) destaca que o líder tem a função de facilitar o andamento dos trabalhos, devendo, portanto, ter algumas características essenciais:

- a) ser comprometido: é preciso que esteja comprometido com o trabalho proposto, ajudando, “pondo a mão na massa”, “fazendo acontecer”. Muito mais que mero expectador, deve ser exemplo;
- b) ser empreendedor: perceber as oportunidades e necessidades; ter capacidade de se arriscar; ser semeador de esperança e resultados;
- c) ser bom ouvinte e bom falante: saber ouvir para aprender; para compreender o que se passa com as pessoas, com os projetos, com o ambiente. Ser bom falante para bem comunicar tudo o que for necessário para manter o grupo informado e satisfeito com o que está fazendo;
- d) ser flexível: reconhecer e aceitar as diferenças, criando espaços para que os participantes contribuam com seus diferentes talentos, o que irá aumentar o aprendizado pessoal e potencializar as possibilidades do trabalho;
- e) ser grato: como “uma andorinha só não faz verão”, saber reconhecer e promover a equipe, para ser justo com o esforço coletivo que os envolvidos estão fazendo; é o plantio de novas e boas sementes.

## **3 RESULTADOS**

O ORBIS e o Movimento Nós Podemos Paraná, juntos, levaram informação e diálogo para favorecer a participação cidadã em busca do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Paraná e em seus municípios. O trabalho foi considerado uma das melhores práticas em favor do desenvolvimento local, tendo ganhado o Prêmio Internacional de Dubai sobre Melhores Práticas para Melhorar as Condições de Vida, promovido pelas Nações Unidas/UN-HABITAT; foi também incluído no 3.º Catálogo de Boas Práticas Iberoamericanas; foi apresentado em 12 diferentes países dos cinco continentes, incluindo a Reunião da Cúpula da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, em 2010, que tratava dos avanços dos ODM no mundo depois de 10 anos do estabelecimento dos Objetivos (ODM+10), e em todos os estados brasileiros.

Foram realizados 465 Círculos de Diálogo no Paraná, envolvendo mais de 100 mil pessoas diretamente. Em decorrência, foram constituídos 390 Núcleos Locais de Trabalho nos municípios paranaenses, que se encontram em diferentes estágios de amadurecimento. Foram realizadas, também, 76 Oficinas de Capacitação, voltadas, principalmente, para dois temas: elaboração de projetos para captação de recursos e construção e análise de indicadores, com a

participação de 3 mil pessoas, que fomentaram a elaboração de pelo menos 360 iniciativas. Para reconhecer e celebrar os resultados, estimular a troca de experiências e ampliar a mobilização, nos três últimos anos, o Movimento Nós Podemos Paraná realizou congressos, que contaram com a participação de 5.630 pessoas.

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o ORBIS desenvolveu o Portal ODM ([www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)), reunindo indicadores sociais, econômicos e ambientais dos 5.565 municípios brasileiros, disponível tanto para empresas, no planejamento de suas ações de responsabilidade social empresarial, como para o setor público, no estabelecimento de suas políticas, e também para o terceiro setor, na definição de suas ações. Em 2010, essa plataforma contou com 450 mil acessos de todo o Brasil. O Portal tem, ainda, biblioteca virtual, com informações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em forma de publicações, vídeos, casos de sucesso e material publicitário.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais o trabalho, foi disponibilizado também o sistema de informações DevInfo, desenvolvido pela ONU / Unicef, adaptado à realidade brasileira pelo ORBIS, o qual permite a empresas, cidades e ONG monitorar temas sociais, econômicos e ambientais, construir tabelas, gráficos e mapas relativos a suas localidades, fazer comparações com outras, utilizando os mais de dois milhões de dados disponíveis de todo o Brasil, podendo também estruturar suas próprias bases de dados.

#### 4 CONCLUSÕES

Uma síntese de todas as etapas desse processo, desde a estruturação do sistema de informações até a ação, pode ser observada na Figura 3, abaixo.



Figura 3: Etapas para transformar a informação em mobilização social.

Toda decisão implica em correr riscos. As decisões são tomadas por pessoas, e as pessoas não são infalíveis. Mesmo a melhor decisão tem uma grande chance de estar errada e mesmo aquela mais eficaz pode se tornar obsoleta.

Como destaca Starec (2006), “no passado, os tomadores de decisão confiavam basicamente em seus instintos, no bom senso e na própria experiência profissional”. Isto ainda costuma acontecer com muita frequência, tanto em organizações privadas e públicas, como ainda mais nas organizações não governamentais, que, salvo poucas exceções, vêm dando os primeiros passos para uma administração profissional. No entanto, a dinâmica do mundo globalizado vem exigindo de todos resultados efetivos, com o uso racional de recursos, o que é difícil de ser conseguido nesse modo de gestão. Assim, é inegável a obrigatoriedade de se trabalhar com informações relevantes e prioritárias e disponíveis no tempo necessário.

Essa foi a forma adotada para a realização desse trabalho de mobilização em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Uma das principais lições aprendidas com o processo foi que, ao reunir o conhecimento da comunidade com informações estruturadas sobre o desenvolvimento local, explicitados e compartilhados pelo diálogo e com o apoio do trabalho voluntário, organiza-se uma força poderosa de transformação cidadã capaz de contribuir para um mundo mais justo.

A participação, com base em informações, constitui-se em um passo essencial para a educação na sustentabilidade, pois ajuda a compreender a complexidade e a relevância das inter-relações entre as atividades humanas e o meio ambiente, fator indispensável para o desenvolvimento sustentável, para a preservação da vida humana no planeta.

## REFERÊNCIAS

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. *Investigação Apreciativa: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

LINO, A. **Mobilização Social**. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/ummilhao/biblioteca/mobilizacaosocial.pdf>>. Acesso em: 09/05/2011.

MARCONDES, C. H. **Tecnologias de informação e impacto na formação do profissional de informação**. *Transinformação*, Campinas, v. 11, n. 3, p. 189-194, 1999.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ; OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). **Guia de mobilização**: nós podemos... mobilizar em prol dos Objetivos do Milênio. 2009. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/guia-de-mobilizacao--bp--174--np--1.html>>. Acesso em: 09/05/2011.

OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). Conferência Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Curitiba, 2010.

OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). **Construção e Análise de Indicadores**. 2011. Disponível em: <<http://www.orbis.org.br/curso/2/cartilha-construcao-e-analise-de-indicadores>>. Acesso em: 22/06/2011.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

STAREC, C. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. In: STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. (Org.). **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TORO, J.B.; WERNECK, N.M.D.F. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: Unicef, 1996. Disponível em: <[http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao\\_social.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf)>. Acesso em: 29/04/2011.